

Buenos Aires e o país: figurações de uma fratura¹

Buenos Aires and the country:
figurations of a fracture

Adrián Gorelik²

Tradução de Ricardo de Souza Rocha



Resumo: Trata-se de uma tradução de artigo de Adrián Gorelik. O artigo percorre as diversas constelações de sentido que a oposição entre Buenos Aires e o interior do país organizou durante o século XX no mundo intelectual argentino. Analisa as diversas visões de país entre 1880 e a década de 1920, mas se detém especialmente na representação das “duas Argentinas”, ou seja, a ideia de que há uma fratura completa entre o mundo urbano do litoral e o mundo provinciano-rural do interior do país, que entre a década de 1930 e de 1970 descreve um ciclo ao longo do qual inverte seu signo ideológico, sua localização e seus protagonistas. Finalmente, destaca-se como e por que as transformações de Buenos Aires nas décadas de 1980 e 1990 fecharam esse longo ciclo de representações.

Palavras-chave: História cultural urbana; História intelectual; Argentina; Buenos Aires; Século XX.

Abstract: This is a translation of an article by Adrián Gorelik. The article reviews the different constellations of meaning that the opposition between Buenos Aires and the interior of the country organized during the twentieth century in the Argentine intellectual world. It analyzes the different visions of the country between 1880 and the 1920s, but it focuses especially on the representation of “the two Argentinas”, the idea of a complete fracture between the urban world of the coast and the provincial-rural world of the interior of the country, which between the 1930s and the 1970s describes a cycle during which it reverses its ideological sign, its location and its protagonists. Finally, it points out how and why the transformations of Buenos Aires in the 1980s and 1990s brought this long cycle of representations to a close.

Keywords: History of Urban Culture; Intellectual History; Argentina; Buenos Aires; Siglo XX.



“Hemos hecho una gran ciudad porque no
supimos hacer una gran nación”

Ezequiel Martínez Estrada

A contraposição entre Buenos Aires e o país, sem dúvida, se alimentou da tão cara ao Ocidente entre a cidade e o campo, mas o sistema de oposições que estruturou foi além dela, e não apenas porque nas “províncias” que formam “o país” há tanto campo quanto cidades. É uma oposição que apela imediatamente a outras, com implicações semânticas diferentes que se retroalimentam: unitários e federais, portenhos e provincianos, doutores e caudilhos. Mas o aspecto especial dessa oposição que aqui enfocaremos é que ela gerou, além disso, ao longo dos séculos XIX e XX, uma série de figurações que tornaram possível reunir diferentes significados para a história argentina por meio de metáforas urbano-territoriais. Portanto, mais do que identificar uma oposição entre *ideologias* (a forma com que Romero analisou a oposição entre cidade e campo), nesta abordagem nos interessa ver a conformação de uma verdadeira espacialização dos significados da nação (ROMERO, 1982). A geografia tem contribuído ao seu modo com esta peculiaridade das interpretações argentinas: a localização descentralizada de Buenos Aires em relação a todo o esquema de ocupação urbana colonial, além de estar na foz de seu principal sistema hídrico, tornou natural uma série de oposições de valoração flutuantes, dentre as quais Buenos Aires pode ser equivalente a porto, porta, litoral, Europa, comparada a um país que equivale a interior, centro, coração, América. Assim, continuando com essas metáforas de posição, Buenos Aires pôde ser ao mesmo tempo o vértice dinâmico do “triângulo rigoroso” ao qual o país estava “predestinado”, o pássaro que lidera a revoada, nos termos de Canal Feijóo (1951, p. 118); como a cidade que lhe dá as costas e que, desde as polêmicas da federalização, implicava a figura da Argentina como um corpo com sua “cabeça decapitada”, corpo, aliás, que a partir do início do século seria cada vez mais representado agarrado ao sistema de modernização montado a partir do porto, tendo a ferrovia como instrumento de dominação pela metrópole – e, por meio dela, pela potência imperialista – “que estendia (seus) tentáculos predatórios até o pampa”, nos termos utilizados em 1933 por Martínez Estrada (1993, p. 46).

Desse modo, pode-se afirmar que esse esquema foi o suporte espacial para



a determinação de outra série de oposições, de caráter político ou social. Por isso convém começar o percurso com quem fixou os tópicos principais para as representações urbano-territoriais do país, estabelecendo seu horizonte figurativo: Domingo Faustino Sarmiento. É fácil perceber o peso no imaginário da contraposição entre Buenos Aires e o país do apotegma da civilização e da barbárie, ao qual se recorreu repetidas vezes, em sua forma original ou invertida; mas há uma figuração menos famosa do próprio Sarmiento, que antecipou os resultados territoriais e sociais dessa oposição. É uma representação que surge no final da *Campaña en el Ejército Grande* (1852), quando Sarmiento tenta explicar a origem da “cólera popular das províncias com Buenos Aires” e, sobretudo, os resultados absurdos que tal confronto vinha produzindo na conformação do país, através da parábola da relação entre a China e a Tartária. A China é o país rico da costa asiática que a cada cem anos é invadido pelos tártaros do interior, que são atraídos pela fama de suas riquezas; o paradoxo é que, uma vez que a conquistam, os tártaros nunca mais voltam às suas terras inóspitas, preferindo usufruir dos benefícios do país saqueado: “daí resulta que a odiada China duplica sua população e a Tartária é despovoada a cada cem anos” (SARMIENTO, 1997, p. 303). Veremos nestas notas que a valoração da China e da Tartária foi mudando ao longo da história desde o tempo de Sarmiento; que o senso de conquista também mudou, e que os próprios tártaros puderam encarnar figuras completamente diferentes; mas o paradoxo só se aprofundaria junto com a efetiva fratura do país.

Três visões do país no século 20

Em 1880, com a resolução da “questão da capital” através da federalização da cidade de Buenos Aires, ocorre um clímax neste sistema de oposições, ao final da velha polêmica política sobre o porto, com a vitória dos interesses das províncias do interior, apoiadas pelo estado nacional, sobre os da província de Buenos Aires. A paz *roquista* e o sucesso explosivo do modelo econômico agroexportador que a selou, pareciam ser capazes de fundar um novo esquema de país, superando as antigas antinomias, embora estas voltassem a aflorar cada vez que o modelo mostrasse suas fissuras. Em todo caso, no período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e os anos 1920, na esteira do sucesso desse modelo, puderam ser produzidos dois tipos de visões de país que escapavam da tradicional polaridade entre Buenos Aires e o interior.

Uma primeira visão foi a proposta pelo incipiente regionalismo de uma



literatura de retratos comarcais. Textos como *Mis montañas*, de Joaquín V. González ou, posteriormente, *De nuestra tierra*, de Carlos Ibarguren, que não tinham em vista um contraste maniqueísta com a paisagem metropolitana da capital, para cujo desenvolvimento – não se deve esquecer – os mesmos autores contribuíam como figuras notáveis do regime. O que esse regionalismo parece buscar em sua apelação comarcal é a formação dos vários núcleos de ancoragem de uma cultura nacional homogeneizada pela tradição colonial-independente; trata-se, portanto, de um “regionalismo débil”, que busca pluralizar o mapa argentino incorporando todas as regiões do antigo país colonial em um catálogo de paisagens, mas que supõe o imaginário nacional como um mosaico de pouquíssimos tons, cimentado exclusivamente pela cultura hispano-crioula, capaz de conter as tendências dissolventes da enchente de imigração na cidade grande. É, à sua maneira, uma tentativa análoga à dos portenhos que começaram nos mesmos anos a recordar e registrar os momentos anteriores à modernização da cidade: a tentativa de produzir uma *tradição nacional*; assim, a velha Buenos Aires encontraria um lugar no imaginário nacional junto com as regiões menos transformadas. Desse ponto de vista, pode-se pensar hipoteticamente que o choque da presença maciça de provincianos em Buenos Aires, que a década de oitenta trouxe como novidade, foi rapidamente relativizado na cultura da cidade devido à massividade ainda maior da imigração estrangeira, e também pelo fato de reforçar o sentimento de pertença dos provincianos com relação a sua capital: uma cidade que tinha decidido pertencer a todo o país, mas que se não o conseguia já não era pelo zelo dos seus habitantes tradicionais, mas porque, como resultado de um aluvião estrangeiro, agora parecia não pertencer a ninguém. E se a crise do modelo *roquista* leva algumas dessas figuras das províncias, funcionários e políticos radicados em Buenos Aires, ou seus filhos que iniciavam longas carreiras na cidade, a virem, em seus momentos de decepção, ao consolo da figura de um contraste gritante entre a cidade materialista e alheia e o interior saudável e profundo, em qualquer caso prevaleceria durante este período – e creio que seria possível incluir nessa tipologia até os membros da geração nacionalista do centenário – a visão homogênea do país formulada por este paradigma de “regionalismo débil”.

A outra visão de país que se formou naqueles anos, fora da oposição entre Buenos Aires e o interior, é o que poderíamos chamar de “pampeanocêntrica”. É possível reconhecer uma linha interpretativa de longa data que representava o país centrado no pampa, linha que estabelece um eixo incontornável entre Sarmiento e Martínez Estrada: a extensão pampeana como marca material



de uma dupla carência histórica e natural; sobre ela se produziu uma versão completa do país, identificando – de modo ambíguo nas versões românticas, condenatório nas positivistas – na “planura” a chave dos males argentinos. Contudo, sabe-se que a essa longa tradição o “*criollismo vanguardista*” (SARLO, 1988) da década de 1920 deu um tom peculiar, celebratório, revertendo não tanto o fatalismo telúrico quanto as conclusões que dele se extraíam. Tal celebração impactou e foi também impactada pelo fascínio dos viajantes daqueles anos pela radicalidade da experiência da planície – a “vertigem horizontal” segundo Drieu la Rochelle. A vontade de extrair, dos amplos horizontes, chaves interpretativas sobre o ser argentino, levou a uma proliferação ensaística em que a palavra que não podia faltar era “pampa”: promessas, vastidão, solidão; como assinalou em 1929 Victoria Ocampo, uma das principais promotoras desta configuração cultural, o pampa servia como a palma da mão da Argentina, para que os quiromantes estrangeiros a interpretassem por meio dele⁵. S e g u n d o esta visão, toda a Argentina deságua – e, ao fazê-lo, se expressa – no Prata e em sua cidade manifesto, Buenos Aires. São infinitas as citações possíveis dos textos de Waldo Frank, Ortega y Gasset, Keyserling ou dos ensaístas locais, nos quais Buenos Aires aparece como expressão do pampa (e o Rio da Prata como “pampa líquido”), e o pampa como sinédoque da argentinidade, produzindo uma espécie de “metafísica da planura” que se nos anos vinte teve a virtude do enfoque vanguardista, já nos trinta se tornaria completamente convencional, também com os “novos clássicos” que supôs, especialmente W. H. Hudson. Daí vem a versão interpretativa de maior êxito sobre Buenos Aires, que celebra a cidade como a encarnação mais plena do pampa –portanto, da história e da paisagem argentinas: formulada por Borges na década de 1920, canonizada na década de 1930 pela modernização conservadora, alcançaria uma cristalização residual nas décadas seguintes por meio de livros como *El canto de la llanura. Meditaciones pampeanas*, de Rojas Paz, ou *Geografía de Buenos Aires*, de Florencio Escardó.

Como sói ocorrer com este tipo de representações, é difícil datar com precisão seu aparecimento, apogeu e declínio, porque em geral baseiam-se em visões precedentes – que muitas vezes constituem “antecedentes” – e tendem a gerar estruturas de sentido que permanecem inalteradas em muitas versões residuais por muito tempo; de tal modo que qualquer periodização deve ser compreendida como uma hipótese que busca recuperar o momento em que um novo sentido se configura de forma coerente e completa. É com essa ressalva que deve ser feita a afirmação de que essas duas visões – na sequência proposta



– emergiram de um país, e contribuíram para forjá-lo, que se via a si mesmo de acordo com os parâmetros que produzia o êxito do modelo agroexportador, mesmo que manifestando reservas sobre alguns de seus aspectos, especialmente a imigração de ultramar e o materialismo presentes em Buenos Aires, contra os quais procuravam criar barreiras em sua própria formulação. À medida que esse modelo ia mostrando seus limites, alguns incipientes com a crise dos anos 1890, outros insuperáveis a partir das mudanças no cenário internacional que a Primeira Guerra Mundial supôs e, principalmente, o *Crack* de 1929, o problema do enfrentamento entre Buenos Aires e os o país ressurgiria com novos argumentos e produziria novas figurações, geralmente centradas na questão da desproporção da cidade capital. Formula-se, assim, uma terceira visão do país, que predominará durante a maior parte do século XX, a visão da fratura, representada paradigmaticamente na figura das “duas argentinas”, que se expandiu rapidamente na década de 1930.

A longa história de contrastes entre o mundo urbano do litoral e o mundo provinciano-rural do interior seria rearticulada em sua forma contemporânea – repondo velhas antinomias sobre outras mais recentes, como camadas que por acumulação vão reformulando seu significado – sob a figura dos “dois países”. Como foi antecipado, o interior já vinha sendo identificado com os valores profundos da argentinidade, e a cidade-porto, com o cosmopolitismo dissolvente, estruturando uma série blindada de associações: um interior saudável versus uma metrópole doente; interior espiritual versus metrópole materialista; interior próprio versus metrópole exótica – a “cidade fenícia” de Gabriel Quiroga (GÁLVEZ, 1910). Mais importante, esta última aparecia como a responsável pela decadência das glórias provincianas, tanto pela centralização administrativa e econômica e o controle das rendas portuárias que o estado nacional identificado com a Capital Federal exercia sobre todo o país – mostrando que também poderia jogar contra as províncias, o que havia sido o principal motivo pelo qual estas impuseram à província de Buenos Aires a cessão de sua capital –, como pela destruição de suas indústrias, implícita no caráter irrestrito da abertura de Buenos Aires ao comércio internacional. A partir do centenário, o nacionalismo político e cultural não cessará de enfatizar essa polarização como a chave dos males argentinos.

A primeira análise séria e detalhada do problema da relação entre Buenos Aires e o país, nos novos termos colocados após a unificação nacional, é a realizada pelo escritor e político rosarino Juan Álvarez, em 1918, em seu livro *Buenos Aires*. Ali ele desenvolve o esquema básico de compreensão e o conjunto



de propostas que permaneceriam como base de toda a série de denúncias das décadas seguintes. Para Álvarez, o domínio desmedido de Buenos Aires se explicava, basicamente, por uma série de “motivos artificiais” que haviam concentrado ali todo o movimento econômico, institucional e cultural: a sede das autoridades nacionais, a confluência do traçado das ferrovias inglesas, o Porto. A proposta alternativa era desativar esses “motivos”, desconcentrando-os em várias cidades do interior para começar a promover o seu desenvolvimento, até que o resto do país atingisse a grandeza a que chegou a sua capital. Ao mesmo tempo, Álvarez tomava como certa a falta de vontade de cumprir tal tarefa também entre as elites das províncias, embora estas se deleitassem com imprecizações espiritualistas contra a metrópole: “Buenos Aires é uma doença, mas não podemos negar que agrada muito ao paciente” (ÁLVAREZ, 1918, p. 155). Isso nos permitiria entender, por exemplo, as vacilações de um Ricardo Rojas em 1924, que tanto poderia se inflamar com as típicas denúncias morais contra a metrópole exótica e dissolvente quanto dar por certo que Buenos Aires é a cidade “predestinada de Euríndia” (ROJAS, 1980, p. 105).

De modo que se não era precisamente novidade que, em 1933, Martínez Estrada propusesse a relação de proporção inversa entre os dois países, apontando que “cada arranha-céu que se ergue na planta central da metrópole torna mais pobre, mais ignorante, mais improdutivo o pedaço de terra distante das províncias”, seria nova a progressiva conexão que se fará ao longo da década de 1930 entre esta polarização e um tema caro ao nacionalismo francês, tão influente na Argentina (e não só nos setores da direita política): o país real e o país falso, também na França com ressonâncias na oposição entre o mundo rural provinciano e o mundo metropolitano. E será esta nova coloração que dará à velha saga da denúncia espiritualista uma radicalidade crescente e uma definição decidida e exclusivamente anti-metropolitana. De fato, mesmo Martínez Estrada, escritor tão pouco propenso em estabelecer núcleos de positividade, dedicava as únicas linhas esperançosas de sua *Radiografía de la Pampa* a apontar o interior como o “fundo branco” que abriga a “verdade e a vida”, “as entranhas e os filhos de amanhã” (MARTÍNEZ ESTRADA, 1993, p. 127 e p. 48).

É claro que, por exemplo, a famosa oposição entre a Argentina invisível e a visível na *Historia de una pasión argentina*, que publicou Eduardo Mallea em 1937, foi diretamente inspirada nesse tema do nacionalismo francês, estabelecendo uma analogia com a oposição interior-porto. Embora essa analogia não fosse plena nem excludente: foi corretamente apontado que a busca angustiada



de Mallea necessitava das tensões culturais da grande cidade, tanto que um de seus principais inimigos estava situado na mesquinhez interiorana da pequena localidade. Mas não há dúvida de que, mesmo em termos abstratos, a caracterização mais precisa que a *Historia de una pasión argentina* oferece do país visível é a da “opulência metropolitana como falsidade satisfeita” e do “ser adventício e metropolitano em que o país se desvirtua”, enquanto a Argentina invisível é aquela do “‘*hinterland*’ moral muito rico nas profundezas desconhecidas de nossa terra”; ali onde “sobrevive a sequela espanhola, colonial, jesuíta, ainda não alterada ou deformada pela vinda de uma bárbara invasão sem gênio original, confusa, abominável, caótica”; ali onde se encontra o homem real, identificado com a sua terra, “quase submerso no segredo do seu trabalho”, cujas mãos são como raízes porque a sua fisionomia moral é a da “nossa natureza não desvirtuada, da nossa natureza natural” (MALLEA, 1990, p. 85)⁴. Dupla ligação moral-territorial a qual o revisionismo nacionalista agregará pesos econômicos e políticos, colocando Buenos Aires ao lado da “opulenta administração nacional”, falsa, superficial, epicentro da política de bastidores, sustentada e sustentadora de interesses estrangeiros, causa e consequência do primitivismo do país verdadeiro, profundo, onde o espírito nacional é mais forte porque está “firmado sobre a verdade da terra”, para usar os termos de Scalabrini Ortiz em 1940, em um de seus textos mais famosos (SCALABRINI ORTIZ, 1981, p. 30).

Precisamente Scalabrini Ortiz, por ter anteriormente participado ativamente daquele olhar vanguardista e pampeanocêntrico, pode ser o melhor exemplo do modo pelo qual na década de 1930 esta encarnação territorial das oposições real / falso, profundo / superficial, invisível / visível, que supôs a figura das “duas argentinas”, se converteu na visão emergente do país, com a maior capacidade explicativa, a tal ponto que toda a ensaística sobre o ser nacional, desde então, foi construída sobre suas certezas. Entre *El hombre que está solo y espera*, de 1931, e os escritos nacionalistas da segunda metade da década, Scalabrini passa do otimismo urbano à revelação das razões ocultas da dramática sobrevivência do “país pastoril”. Em 1931, para retratar o “espírito da terra”, Scalabrini necessitava expulsar do país “verdadeiro” tudo aquilo que não fosse o pampa-Buenos Aires:

El Hombre de Corrientes y Esmeralda é o vórtice no qual o redemoinho da argentina se precipita em seu frenesi espiritual mais subjugador. O que se distancia dele pode ter mais inconfundível sabor externo,

peculiaridades mais extravagantes, ser mais suntuoso em seus costumes, mas tem menos espírito da terra. Em todas os âmbitos, a república se desvanece, vai desaparecendo paulatinamente. Tem sabor peruano e boliviano no norte pétreo de Salta e Jujuy; chileno na demarcação Andina; uma certa montanhosidade de alma e paisagem no litoral que faz fronteira com o Paraguai e o Brasil e um polimorfismo não catequizado nas desolações da Patagônia. El Hombre de Corrientes y Esmeralda está no centro da bacia hidrográfica, comercial, sentimental e espiritual que se chama República Argentina. Tudo flui para ele e tudo emana dele. Uma saliva ou um suspiro lançado em Salta ou em Corrientes ou em San Juan, rolando no leito dos rios, chegará um dia a Buenos Aires (SCALABRINI ORTIZ, 1931, p. 31-32).

Ao longo da segunda metade da década, porém, Scalabrini Ortiz iria reverter o caráter desta centralidade de Buenos Aires ao adotar a representação de um país dramática e irremediavelmente dividido entre a cidade litorânea e o interior; e seria aí, no país “terra-adentro”, onde se começaria a ver os traços de um passado melhor e de um futuro promissor, onde estaria a possibilidade de superar aquela cisão que havia comprometido todos os poderes imperiais e seus agentes portenhos durante a história nacional. Desde então, e pelo menos até os anos 1970, a figura das “duas argentinas” organizou as leituras da história e do presente, não exclusivamente as do revisionismo, embora neste tivesse um difusor espetacular.

As duas Argentinas: do campo à cidade

Admitida a emergência dessa figura, proponho ver como ela foi modificando suas representações ao longo dos anos em que manteve sua vigência. Este itinerário pode ser apresentado em seus extremos, muito esquematicamente, através de dois exemplos, um retirado da literatura e outro do cinema. O primeiro é um texto do poeta e cronista norte-americano Archibald Mac Leish, membro da comitiva do presidente Roosevelt em sua visita de 1936, que se intitula “La Argentina del Río de la Plata, la Argentina de la Pampa”⁵; o segundo, um curta-metragem de David José Kohon de 1958, simplesmente intitulado *Buenos Aires*.

O texto de Mac Leish oferece uma visão em contraponto de dois países completamente diferentes: um, o que se podia ver desde Buenos Aires, para o qual era fácil chegar à conclusão de que a Argentina era uma nação moderna e cosmopolita; o outro, o que se via desde o “pampa”, um país “enorme em seu



despovoamento e seu silêncio”. O país cosmopolita era apresentado ao ritmo sincopado típico das descrições urbanas da literatura vanguardista:

[...] multidões, avenidas, parques, metrô, pianistas em turnê, confusão de línguas, guinchos de freios, brilho de cinematógrafos, zurros de rádios, baile de tornozelos, sedução de cílios enegrecidos que se refletem em espelhos de Cadillacs estofados em cor creme, atrevimento de seios de plástico nas vitrines de lojas de roupa íntima, cadências de jazz-band às duas da manhã, no escuro, em terraços de prédios de apartamentos [...] Bancos de mármore, elevadores com portas de bronze, letreiros de neon que soletram nomes de milionários internacionais, lindas fábricas de alpargatas, mantas baratas, fios de raio, carnes congeladas, ataduras, cigarros, sabonetes, móveis, objetos de cristal, cervejas [...] (MAC LEISH, 1942, pp. 216-217).

De uma cidade como Buenos Aires, dizia Mac Leish (1942, p. 217), não era difícil chegar à conclusão “de que a Argentina é, ou está prestes a ser, uma nação moderna, cosmopolita e altamente industrializada, semelhante a todas as outras nações modernas e industrializadas do Ocidente”. Mais ainda:

Observando não só o capitalismo cosmopolita, o capitalismo mundial de Buenos Aires, mas sua agitação e seu afã, seus novos edifícios, seu proletariado bem calçado, seus altos índices na indústria, seu ar de prosperidade em um mundo em que a prosperidade surpreende, pode-se chegar a acreditar que se está na *única* nação industrial do mundo que eludiu às atuais doenças industriais: na única nação industrial capaz de repetir, depois do ano 1930, a história triunfal dos Estados Unidos no mundo que terminou em 1929 (MAC LEISH, 1942, p. 218).

Até agora, esta descrição pode soar como um elogio enfático às elites dirigentes que comandavam o processo de reinserção da Argentina no novo cenário mundial pós-30; a um Estado que não só se comprometia com o processo de substituição de importações, mas também protagonizava uma tentativa inédita de modernização do território nacional. Mas, na verdade, nada mais era do que um recurso retórico para tornar mais dramática e nítida a contraposição com “o outro país”:

A Argentina dos pampas, a Argentina das enormes planícies, a Argentina que se abre pela manhã além das colinas como o mar se abre atrás dos



cabos, quando o avião desce de Salta a Tucumán, a Argentina sem cidades, com poucas estradas, com cercas retas e espaçadas que parecem meridianos em um mapa, tem tão pouco a ver com o cosmopolitismo, com a industrialização, como qualquer país do mundo. Esta Argentina é um país de doze milhões e meio de habitantes, dos quais um quarto está concentrado na cidade de Buenos Aires e o resto está espalhado por uma área como a do Leste do Mississippi nos Estados Unidos. É um país onde as distâncias entre casa e casa são grandes demais para que se ouça o latido dos cães, mesmo nas noites mais silenciosas [...] um país com uma Buenos Aires muito pequena e longe no final de uma ferrovia de bitola larga onde as estações aparecem a cada vinte minutos como se o país tivesse sido organizado não pela geografia, mas por um relojoeiro [...] (MAC LEISH, 1942, pp. 218-219).

Assim, Mac Leish não fazia mais do que apontar o fracasso das políticas modernizadoras. E para ponderar essa citação, não é secundário especificar que o cronista norte-americano buscava estabelecer certa descrição objetiva, no sentido de que não supunha a valorização de um ou outro país, mas apenas a constatação de que, contra suas aspirações industrialistas e modernizadoras, o verdadeiro destino da Argentina era ser um país rural. Não importa aqui estabelecer a justiça do prognóstico nem suas intenções, no quadro das políticas de expansão norte-americanas na região. Mas sim alertar que, graças a essa objetividade, a polarização entre os dois países assume no texto de Mac Leish um sentido muito mais trágico do que nas denúncias apaixonadas contra a metrópole e a idealização do interior dos nacionalistas contemporâneos.

No outro exemplo, o curta de David José Kohon de 1958, o conflito dual é levado ao interior mesmo da cidade, e é o dualismo que organiza sua própria estrutura narrativa: o filme alterna, uma a uma, sequências da cidade moderna, sua tensão acentuada por meio de enquadramentos expressionistas e jazz, e sequências da *villa miseria*⁶, imponente em uma quietude cujo dramatismo se registra sobriamente, à maneira neorrealista. O problema que Kohon busca mostrar aparece em toda a sua complexidade no final do filme. Então, nos damos conta de que o que começou como um simples esquema de contraponto foi tecendo uma trama, na duração de um dia, da vida de três moradores da *villa miseria*: uma trabalhadora têxtil, um metalúrgico e um carteiro, aos quais a cidade inclui em seu ritmo febril e na sua estética. No seu percurso cotidiano pela cidade, os três protagonistas fundem-se com máquinas trabalhando, com rodas e engrenagens no turbilhão da produção, com passos velozes, com



gente, com automóveis, com mãos recebendo cartas, em uma acumulação rítmica completamente análoga à da enumeração vanguardista de Mac Leish. Finalmente, os três voltam para suas casas e ao chegarem desde a cidade para a *villa miseria* (do expressionismo ao neorealismo; da modernidade ao tradicionalismo), em primeiríssimos planos que nos mostram, um a um, seus rostos morenos falando para a câmera, dizem as únicas falas do filme: “Sim, senhor, eu vivo aqui”. Em um tom que será característico a partir de então, Kohon registra que aqueles que colocam em funcionamento a máquina urbana, verdadeiros construtores da modernidade no país desenvolvido, são, na verdade, migrantes vindos daquele outro país, atrasado, para quem, porém, a cidade condena a reprodução de suas condições tradicionais na *villa miseria*, que então aparece como incrustação na metrópole do interior profundo – da América Latina, dizia Verbitski nesses mesmos anos–: a “vila miséria”, como tema, internaliza e faz presente a fratura da nação na cidade. Este será o modo pelo qual o pensamento de esquerda, a partir dos anos de 1950, adapta a noção de “os dois países”, até então característica do universo ideológico do nacionalismo.

Entre Mac Leish e Kohon, então, em pouco mais de vinte anos, o conflito das “duas Argentinas” muda seu signo ideológico, localização e protagonistas. E se é conveniente colocar juntos os dois extremos desse ciclo que vamos percorrer, é porque acredito que os principais problemas implícitos na primeira definição dos “dois países” podem ser iluminados retrospectivamente pela segunda, já que os processos que conduziram de uma a outra estavam então ativos, e que não tenham sido percebidos na segunda metade da década de 1930, constituirá uma das principais aporias nas versões nacionalistas de “as duas Argentinas”.

As aporias do nacionalismo

Os anos 1930 nos confrontam com vários paradoxos. Se a visão fragmentada de Mac Leish podia ser considerada um fracasso para o governo, é porque o governo vinha realizando, com uma energia poucas vezes igualada, uma política bastante acorde – embora talvez mais radicalizada – ao que demandava o nacionalismo. Na verdade, era o cumprimento da política que um analista um pouco mais neutro, como Alejandro Bunge, vinha reclamando ao Estado desde o primeiro pós-guerra: “criar um mercado”, o que supunha uma nova atitude nacionalista e protecionista, capaz de promover uma integração territorial que permitisse a conquista de um mercado nacional com diversificações regionais,



colocado a serviço da substituição de importações. Assim, é fácil comprovar que as principais diretrizes “alternativas” ao Pacto Roca-Runciman propostas em 1934, em um dos livros batismais do revisionismo, *La Argentina y el imperialismo británico*, dos irmãos Irazusta, bem como boa parte dos livros de Scalabrini Ortiz em seus escritos de denúncia posteriores, eram os mesmos que sustentavam as principais políticas públicas dos governos conservadores da época: uma industrialização parcial para aumentar o mercado interno; o desenvolvimento da produção nacional de petróleo, da infraestrutura rodoviária e do transporte automotivo – propostas, estas últimas, amparadas na grande oposição político-técnica da década de 1920 entre a rodovia e a ferrovia, que havia convertido a primeira em símbolo da vontade de desenvolvimento econômico nacional e da libertação do interior do jugo imposto pelo sistema ferroviário-portuário, ou seja, Inglaterra-Buenos Aires (IRAZUSTA; IRAZUSTA, 1982, p. 123).

O paradoxo é tal que se poderia dizer que o governo que tudo fez para defender os interesses britânicos no país, construiu ao mesmo tempo a infraestrutura viária que destruiria o principal deles, a ferrovia: entre 1933 e 1939 foi realizada a malha rodoviária que estruturou por décadas as comunicações nacionais. Além disso, desde 1932, a exploração estatal de petróleo se modernizou e expandiu até converter quase todo o país em uma reserva fiscal; e entre estradas e petróleo, foram traçadas uma série de associações produtivo-territoriais – o desenvolvimento do sistema de transporte automotivo; o turismo; novas práticas esportivas; novos insumos para a indústria; novos hábitos de consumo – de enorme impacto nos hábitos econômicos, sociais e culturais, que se tornaram poderosos mecanismos de transformação regional. Deve-se notar, inclusive, que no decorrer desse processo de modernização e industrialização do país, desenvolveu-se no interior do estado uma ideologia nacionalista que, por exemplo, deu início à imagem tão difundida até recentemente de uma relação inequívoca entre a YPF⁷, o conhecimento do país, o território, a soberania e o interesse nacional⁸. Mas o principal paradoxo é que a efetiva modernização do interior que essa política supunha não fez nada além de potencializar a fratura, provocando maior despovoamento do campo, agravando sua crise, e gerando um crescimento explosivo de Buenos Aires, de tal forma que as estradas acabaram dobrando o efeito da ferrovia, incrementando o processo migratório para a Capital. Assim, a busca pela homogeneização territorial, realizada pelo estado na primeira metade da década de 1930, mostrará na segunda metade um êxito de Pirro, e outra vez os “tártaros” começaram a “desencilhar” na cidade.

O novo fenômeno migratório fez com que José Luis Romero caracterizasse



toda a década de 1930 com o motivo da “ofensiva do campo sobre a cidade” (ROMERO, 1976, p. 321). A figura da “substituição de importações” havia tido em toda a década implicações não apenas econômicas, mas também políticas e culturais; basta recordar Ortega y Gasset advertindo em 1930 que “depois de duas gerações em que (o argentino) viveu do exterior, ele deve voltar a viver de sua própria substância em todas as ordens: econômica, política, intelectual” e vincular essa afirmação tanto com a busca pelo “conhecimento do país”, que enfrentavam as produções culturais mais variadas, como com o turismo promovido pelo estado (ORTEGA Y GASSET, 1966, p. 73). Ora, essa “ofensiva do campo sobre a cidade” implicava uma nova substituição de importações, humana, ao trazer para Buenos Aires a “massa escura” que vinha questionar o caráter europeu da metrópole. A resposta imediata da cidade foi metaforizada na construção da Avenida General Paz, em 1936, uma vez que nesta se consolidaria a primeira marca material dos “dois países” dentro de Buenos Aires, ao converter-se rapidamente no símbolo da fronteira da cidade europeia, o limite vergonhoso atrás do qual a nova população se estabeleceria em sua maioria.

Pois bem, a aporia central das visões nacionalistas que a figura dos “dois países” continuará a cultivar é que, embora tenham reforçado o novo clima cultural que colocou no centro os problemas do universo rural, o fará sem dar atenção a essa transformação brutal das condições básicas que tornavam possível aquela caracterização dualista. Isso é claramente evidente em duas expressões bastante diferentes do nacionalismo do final dos anos 1930 e 1940.

Uma delas é a que produz uma nova vanguarda cultural, de artistas e arquitetos que haviam sido parte do avanço estatal sobre o interior, em um momento de forte modernização territorial (especialmente os artífices da grande quantidade de obras públicas que se realiza em todo o país na primeira metade da década), e que no final dos anos 1930 transformaram a viagem ao interior financiada pelo Estado em um *Bildungsroman*⁹ nacionalista: a crise do campo – agravada nestes anos pelos picos de secas e pragas –; o declínio do otimismo modernizador e urbano – o declínio mais geral do otimismo tecnológico que esses modernistas notaram no modernismo internacional desde as vésperas da segunda guerra –; permitirão a esta nova geração de modernistas identificar no interior não só a “questão nacional”, mas também a “questão social” com relação a qual o primeiro modernismo argentino havia sido tão relutante. Figuras como as do grupo Austral (Bonet, Ferrari Hardoy, Kurchan, Le Pera, Ungar), formado em 1939, Eduardo Sacriste¹⁰, um dos protagonistas chave desse pólo alternativo de



modernização que foi a Escola de Tucumán nos anos 1940, ou a revista *Tecné*, que começou a sair em 1942, buscavam converter essa nova sensibilidade pela identificação regional e a marca social da arquitetura modernista em um manifesto geracional de um radicalismo político-social infrequente no meio vanguardista argentino. Para isso, priorizaram o tema da crise rural e propuseram sua solução através da construção de casas para “enraizar” a população camponesa; iniciaram a reivindicação cultural das tipologias da arquitetura popular e tradicional das províncias como saída para a produção de uma moderna “expressão estética nacional”; eles próprios se deslocaram de Buenos Aires para o interior, movimento cujo exemplo mais marcante foi a experiência de Tucumán. Assim, desde o diagnóstico dos “dois países”, esta nova vanguarda optava por uma longa viagem ao interior para buscar o povo na sua pureza (social e nacional), mas, curiosamente, no mesmo momento em que esse povo – quiçá não tão puro – empreendeu a viagem inversa, e Buenos Aires produzia sua segunda revolução demográfica, graças à sua chegada às novas margens metropolitanas.

A outra expressão do nacionalismo, a que esta nova migração enfrenta como aporia, é a expressão clássica, poderíamos dizer, do nacionalismo revisionista, que sem perceber todas essas mudanças continuará atribuindo a fratura do país aos “estrangeiros”, em termos quase idênticos aos do nacionalismo cultural do Centenário [da independência argentina]. Nesta visão, os estrangeiros que saqueiam e desunem o país são tanto os braços dos imigrantes (que importaram o conflito social estranho a essas terras e se instalaram nas cidades, transformando-as em urbes cosmopolitas), quanto o capital transnacional. Um exemplo muito abrangente dessa posição é dado por Bonifacio del Carril, em um dos poucos livros dedicados por completo ao tema que nos ocupa, *Buenos Aires frente al país*, de 1946. Del Carril assume uma atitude que poderíamos chamar de “revisionismo relativista”: para ele, todas as facções nacionais opostas na história independente haviam buscado, cada uma a sua maneira, engrandecer a pátria; desse modo, sobre elas, o juízo é sempre positivo, embora tenham levado o país a uma situação de fratura completa. Finalmente, os anos 1880 encontraram uma solução “perfeita” para esse problema: a federalização de Buenos Aires, que atendia às demandas do interior. Mas esta solução fracassou: a estrangeirização materialista da cidade fez com que tanto os portenhos quanto os provincianos fossem, em última instância, derrotados nas mãos da “turba” e das “organizações econômico-financeiras que sugam o país”, os novos donos de Buenos Aires e, através desta, da Argentina. “Buenos Aires foi dominada



pelos estrangeiros e filhos de estrangeiros”, e assim teria continuado até o presente: o livro de Del Carril tem a estranha virtude de reunir, em meados dos anos quarenta, em uma única frase os motivos do chamado “nacionalismo oligárquico” com os motivos do chamado “nacionalismo popular”, reunindo nos estrangeiros a rejeição da nova sociedade urbano-industrial e do capitalismo (DEL CARRIL, 1946, p. 83). Desse modo, toda uma vertente do nacionalismo continuará até avançados os anos de 1950, sustentando a visão dos “dois países” no antagonismo entre “o país cosmopolita e o país nacional”: é o modo que Maximo Etchecopar (1956), por exemplo, vai processar a influência de Ortega y Gasset, confrontando o “exotismo” do aporte urbano-imigratório com as virtudes da população do interior.

Saltar a fratura: crítica e planejamento

Já na década de 1940, porém, começou a ser formulada uma visão alternativa, que buscava desenvolver uma leitura diferente da fratura. Bernardo Canal Feijóo é uma das figuras mais persistentes nesta busca. Em princípio, alertando, contra todas as aporias do nacionalismo, que a cidade mais “cosmopolita” era aquela que já contava com o maior contingente de provincianos; é um dos primeiros que identifica claramente este fenômeno protagonizado pelos novos tártaros e o coloca como eixo de renovação das versões tradicionais do país: “a velha metáfora Sarmientina que representava as campanhas dobrando-as sobre as cidades, passa assim a ter uma realidade literal”, dirá em sua *Teoría de la ciudad argentina* (CANAL FEIJÓO, 1951, p. 205).¹¹

A ideia de uma nova “miragem terra adentro” supunha, para Canal Feijóo (1951), partir de uma crítica à concepção com que se construiu a Argentina moderna: a vontade de combater o “deserto” (isto é, a parte “ocupada” pela história colonial ou pelo índio, esclarece Canal Feijóo) através da política “*del gajo*”¹², compartilhada pela geração romântica, e que mergulhou toda a cultura posterior em uma falsa alternativa: optar entre uma “cultura adventícia” ou uma “incultura autêntica”. Para um desmonte crítico desse dilema, o interior omitido deveria assumir, então, o valor de um sintoma. O projeto nacional que produziu o fenômeno de Buenos Aires devia ser analisado de forma realista (sem falsas denúncias) como uma necessidade histórica, imposta pelas circunstâncias do momento da implementação constitucional: que todos os caminhos deveriam passar por Buenos Aires foi, na segunda metade do século XIX, “o recurso constitucional mestre”, porque Buenos Aires foi a “condição



de fechamento” da unidade constitucional (CANAL FEIJÓO, 1951, pp. 110 y 154). Pois se a história colonial tinha sido uma história de cidades, a história independente (“pró constitucional”) foi uma história *entre* cidades, que teve que incorporar o território em primeiro plano, e se o fez, foi graças ao rol diretivo que desempenhou “biologicamente” Buenos Aires, cumprindo “seu destino”. Mas a partir dos anos 1880, a situação passou a exigir outro desenho, que superasse a fratura implícita pela “necessidade constitucional” no anterior: em linha direta com os postulados de Juan Álvarez, Canal Feijóo responde à frase de Martínez Estrada citada antes (“nós fizemos uma grande cidade porque não fomos capazes de fazer uma grande nação”) afirmando que “o único remédio contra uma única grande cidade é fazer um grande país, um país a sua medida” (CANAL FEIJÓO, 1951, p. 163).

Em termos estritos, os postulados não diferem dos de Álvarez levantados há mais de três décadas, mas esse tipo de “desenvolvimentismo” *avant la lettre* encontrou agora uma nova validação no discurso do “planejamento”: para Canal Feijóo, a superação do “projeto constitucional”, um projeto que foi possível graças a uma situação privilegiada de Buenos Aires que há muito deixara de ser produtiva, tornando-se a raiz da fratura nacional, encontrava-se no “projeto planejador”. O projeto constitucional foi um desenho “biológico”, no sentido de que com a situação de capital de Buenos Aires tinha “um mínimo de possibilidade opcional”. Mas devia chegar o dia em que se pensaria “organicamente no interior, na interioridade nacional; então, a consciência política não mais se sentiria obrigada a usar a palavra ‘constituição’; lançaria mão de uma expressão mais pertinente: falaria de ‘planejamento’”. Esta é a via para configurar o novo “País interior”: “o planejamento é a consciência política superior” de uma constituição “para dentro”, “uma constituição nacional que, no entanto, se ocupe das províncias” (CANAL FEIJÓO, 1951, p. 138-139).

Neste ponto, é importante notar duas questões. A primeira é que o texto de Canal Feijóo (1951) mostra como essa “ideologia do planejamento” se viabiliza como resposta aos problemas do país por ter sido posta em circulação pelo peronismo desde o Estado, questão sobre a qual, pouco tempo depois, o movimento que fará do planejamento seu centro e motor, o desenvolvimentismo, produzirá um apagamento. A segunda é que em Canal Feijóo ainda aparece claramente uma tensão que também será posteriormente diretamente ocluída: entre a visão negativa da cultura que historicamente produziu a situação de fratura do país (essa cultura “*del gajo*” que se viu obrigada a optar entre uma “cultura adventícia” e uma “incultura autêntica”),



e a crença otimista na sua superação através do instrumento modernizador por excelência, o planejamento estatal, como se o próprio Estado pouco tivesse a ver com a situação a ser superada. Entre o pessimismo da cultura e o otimismo da vontade, o planejamento aparecerá cada vez mais, à medida que avançam os anos 1950, como a alavanca para saltar a fratura, em função de uma dupla reconciliação por meio da técnica: entre o passado e o futuro, e entre a sociedade e o Estado; sem perceber que a cesura não resolvida entre cultura e vontade poderia transformá-la em um salto no vazio. É neste quadro que os setores modernizadores propõem que, por meio desse instrumento privilegiado, seria possível resolver simultaneamente o problema do interior e o de Buenos Aires, já encarnado como um único problema na *villa miseria* (favela).

Chegamos assim ao filme de Kohon, pois no final da década, a ideologia desenvolvimentista plenamente encarnada nos técnicos estatais, também se sintoniza com as posições críticas de um setor da esquerda, evidenciadas no curta de Kohon ou na mais conhecida novela de Bernardo Verbistky. *Villa Miseria también es América*, de 1957: em ambos os casos, a descoberta da fratura, evidente no seio do “país moderno”, não serve para criticar a modernização urbana em si, mas apenas seus efeitos de exclusão. Como antecipamos, o motivo das “duas argentinas”, originalmente vinculado aos setores nacionalistas, só adquirirá direito de cidadania na esquerda nos anos 1950 –apesar daquela primeira nuance de esquerda incorporada pela nova vanguarda dos anos 1940–, quando é incorporado à cidade como fratura social e não cultural ou étnica.

A esquerda modernizadora coincidirá com o planejamento ao propor uma expansão harmonizadora e socializadora dos valores modernos, capaz de ampliar seus benefícios. É o que as fórmulas do funcionalismo estrutural buscariam aplicar nas visões desenvolvimentistas do país: a existência dos “dois países”, isto é, tanto a oposição entre Buenos Aires e o interior, quanto aquela incrustação do segundo na primeira que é a “vila miséria”, encontra sua explicação última no dualismo tradicional / moderno, consequência da situação da América Latina nas relações centro / periferia, que deve ser superada a partir de um “projeto científico” das regiões e do país que contemple a produção de “polos de desenvolvimento”¹³ com capacidade de produzir, no final de um ciclo modernizador, um “*continuum* rural-urbano”. A noção de “cidades primárias” surge justamente para diferenciar o padrão de urbanização latino-americano do “clássico”, isto é, europeu: a existência de poucas e grandes cidades que concentram –deformando– todo o desenvolvimento da nação é vista como uma anomalia do subdesenvolvimento, frente à maior continuidade territorial do



velho continente. Toda a teoria do planejamento urbano-territorial, em voga naqueles anos, modula diferentes variantes dos postulados que se encontram em Gino Germani ou nos intelectuais da Cepal, e dá origem a algumas das expressões por excelência da *entente* entre o desenvolvimentismo e a esquerda, na busca pela universalização deliberada da modernização. Se a versão nacionalista de “os dois países” dependia da crença na incompatibilidade entre “cultura” e “civilização”, a visão modernizadora baseava-se no voluntarismo construtivista do século XIX: com a linha que vai de Marx à utopia “desurbanizadora” soviética, considerava o mundo rural não como o lugar da “cultura”, mas do atraso, e imaginava uma extensão sem ruptura dos aspectos civilizatórios da cidade sobre o território, uma extensão “orgânica” (também no sentido de Canal Feijóo), que homogeneizaria o país espacial, social e economicamente, de acordo com os parâmetros do mundo urbano-industrial; na linha que vai do funcionalismo de matriz norte-americana ao cepalismo, pressupunha que nos países “em desenvolvimento” essa ação poderia prescindir da política para se tornar uma técnica de Estado.

Aprofundando a divisão: crítica e populismo

Poderia se pensar que, nessa passagem que dos migrantes à *villa miseria* nos conduziu diretamente à ideologia do planejamento, se iludiu o peronismo, justamente o movimento político que converteria a epifania dos tártaros na Plaza de Mayo em um aspecto principal da sua simbologia. Mas o fato é que a descoberta de que Buenos Aires, graças à *villa miseria*, também era América Latina, como descoberta dos processos sociais que se desdobravam desde a década de 1930 e do novo lugar em que o peronismo colocou a cidade e o país, somente pode se realizar plenamente após sua queda. A *villa miseria* como tópico não podia fazer parte do discurso peronista antes de sua queda, não só por suas implicações sociais, mas também porque, como demonstrou Anahi Ballent, o peronismo não postulava um imaginário de valores alternativos para a capital, mas antes a apropriação por novos beneficiários de valores tradicionalmente consolidados (BALLENT, 2005). Mesmo uma operação territorial da magnitude do aeroporto de Ezeiza, que poderia ser lida como a vontade político-cultural de mudar a frente de Buenos Aires, deslocando nada menos que sua porta de acesso desde o porto cêntrico até a área da metropolização “tártara”, o sudoeste, não foi propagandeado nesses termos. A inversão do eixo sobre o qual Martínez Estrada havia construído boa parte de seu discurso crítico, a cidade que olha o rio (Europa) e dá as costas ao pampa (o país), não foi apresentada nesses termos,



pois teria exasperado uma antinomia urbana que podia ser significativa para o ensaísmo, mas sobre a qual o governo peronista não construía sentido.

Será então com o peronismo proscrito, quando essas transformações aderirem ao seu simbolismo de repulsa aos valores burgueses, permitindo também uma nova volta do parafuso ao revisionismo, que será encarnado outro aspecto da “esquerdização” do motivo dos “dois países”. Aí se iniciará uma verdadeira transformação do modo de encarar a relação entre a metrópole e o interior, que se pode ver muito bem na deriva de uma figura clássica da cultura nacional, a dos “provincianos em Buenos Aires”. Trata-se de uma figura que acompanhou todos os processos de modernização da cidade, desde os conflitos entre portenhos e provincianos no século XIX; pôde funcionar tanto para que os portenhos se distinguissem com cruel ironia contra a rusticidade dos provincianos que se instalaram na cidade (em *Juvenilia* há um episódio clássico), quanto para marcar um distanciamento destinado a realçar, desde o assombro ingênuo, a modernidade urbana (como no *Fausto* de Estanislao del Campo), ou desde a pureza espiritual (à qual aquela rusticidade anteriormente criticada não era alheia), o lado obscuro dessa modernidade (como no filme *Juan sin Tierra*, ou como no primeiro capítulo da *Historia de una pasión argentina*, quando o jovem Mallea recém-chegado de Bahia Blanca faz a descoberta chocante da metrópole). Mas pode-se dizer que até depois da primeira metade do século XX, esse tópico literário gerou uma galeria de tipos em que prevaleceu a visão da ingenuidade aprisionada nas redes da picardia urbana; uma visão em grande medida em consonância com a imagem do interior como “refúgio saudável” frente à metrópole em decadência, cujo complemento foi a estigmatização do “portenho”. (Em um capítulo de *Esquema de la Argentina*, “Porteños y provincianos”, Etchecopar [1956] reuniu todos os motivos sobre o portenho que não compreende os problemas do país, em uma hipotética viagem pelo interior –novamente o *Bildungsroman* nacionalista– que terminaria por lhe abrir os olhos a tudo o que o une com os provincianos que ele normalmente despreza porque desconhece.)

Por outro lado, no final da segunda metade do século XX, começa a prevalecer a visão que inspirou um livro clássico dos anos 1960, *Cabecita negra*, de Germán Rozenmacher, em que o provinciano (geralmente o migrante, também dos países vizinhos) tenderá a aparecer como o germe de um novo tipo de libertação ou, sobretudo, como uma ameaça (peronista / *cabecita negra*) à classe média urbana; é muito significativo que a contraposição no relato de Rozenmacher não se estabeleça entre a estrutura produtiva moderna e os trabalhadores



migrantes, como no curta de Kohon, mas entre um pequeno burguês e duas “cabecitas”, uma trabalhadora doméstica e um policial. Essa nova figura da oposição Buenos Aires / interior se consumará rapidamente quando o clima cultural desenvolvimentista deixar de dominar e o populismo for a chave hegemônica dos discursos de esquerda.

A passagem é vista claramente nas disciplinas sociais interessadas nas questões urbanas e territoriais, que substituem cada vez mais a confiança no polo modernizador que habitava o planejamento, pela confiança no polo “tradicional” típico do populismo. Por exemplo, a mudança de sentido da noção de “cultura da pobreza”: na formulação original – que surgiu como uma crítica aos parâmetros funcionalistas, mas ainda dentro de suas certezas modernizadoras – procurou-se tornar mais complexa, desde a antropologia, a perspectiva sociológica que entendia a relação dos migrantes rurais com a cidade moderna em termos de inadaptação, da passagem linear do tradicional ao moderno; a noção de “cultura da pobreza” permitia perceber que esses migrantes geraram recursos originais e dispunham de uma série de ferramentas que facilitavam uma integração eficaz às novas condições urbanas; entender esses recursos e conhecer essas ferramentas poderia permitir ao sociólogo intervir de forma mais adequada no processo de integração. Por outro lado, na nova acepção, a “cultura da pobreza” começou a conotar uma qualidade essencial, resistente à mudança, que devia ser observada como núcleo de alternativas culturais e sociais à cidade moderna. A cidade era o âmbito da classe média modernizada e adormecida pela miragem da ascensão social, que tratava de manter contra qualquer ameaça de mudança, apenas reproduzindo o polo da dominação; toda mudança – ensinava a revolução cubana de maneira radical – viria de fora da cidade, ou dos núcleos de alteridade nela incrustados.

Na sociologia urbana, a passagem para essas novas convicções foi radical. Poucos o expuseram tão radicalmente quanto Richard Morse, teórico e historiador da cidade latino-americana, que desde muito cedo alertava contra os limites conceituais do planejamento (sobretudo, seu caráter tecnocrático, sua frieza burocrática diante da riqueza da cultura urbana), mas que desde o início dos anos setenta adotaria uma visão decididamente anti-urbana, com uma inversão explícita dos postulados desenvolvimentistas. Com sua inteligência provocadora, a obra de Morse consegue oferecer um concentrado dos motivos de dezenas de trabalhos de sociologia urbana argentinos e latino-americanos dos anos setenta – motivos que, em sua variante cínica, acabaram encontrando uma realização paradoxal na política urbana do Menemismo, duas décadas



depois:

À medida que os migrantes continuam invadindo as cidades, que as melhores estratégias econômicas impostas de cima dão errado [...] compreende-se por que interpretamos mal o cerne da questão urbana. [...] É mais sobre a invasão dessa *gente* que se apropria do centro da cidade, criando seu próprio espaço para a atividade comercial, provocando a degradação de hotéis e passeios turísticos e –em locais situados no litoral marítimo– toma conta das praias. Pela primeira vez desde a conquista europeia, a cidade não representa um bastião no domínio rural nem constitui um centro de controle sobre ele. A Nação invadiu a cidade. O espaço físico e social urbano abarca a sociedade como um todo (MORSE, 1989, p. 75-76).

A Nação invadiu a cidade: o fracasso da vontade de modernização urbana, a favelização dos centros históricos, a decadência do espaço público seriam, nessa visão, motivos de celebração, pois colocam, branco no preto, a verdadeira relação da cidade com a nação, porque desnudam seu caráter histórico de dominação, já que a única forma de resolver a tradicional fratura é através da imposição do “país real” sobre as máscaras do país urbano. Nesta perspectiva, a libertação que os tártaros trazem desta vez supõe a destruição total do moderno país metropolitano.

Outras figurações, outras fraturas

A visão exasperada da oposição entre Buenos Aires e o país teria seu apogeu final nos anos setenta. Acredito, por outro lado, que nos anos oitenta o problema da própria contraposição – em qualquer de suas variantes interpretativas – deixou de ativar as imaginações sobre a nação. Várias hipóteses podem ser tentadas para explicá-lo. Em primeiro lugar, outras fraturas maiores haviam sido impostas modificando a agenda: especialmente, as oposições entre militares e sociedade, ou entre autoritarismo e democracia. Em segundo lugar, o tema dos “provincianos em Buenos Aires” havia mudado novamente durante os anos ditatoriais, já que a *grande cidade* pode aparecer então, retirando o espírito anti-urbano dos setores progressistas, como um refúgio para boa parte da militância que escapava da pequena comunidade provinciana, onde era facilmente detectada; o anonimato da cidade agora pode ser lido como uma nova margem de liberdade. Terceiro lugar, a decadência urbana de Buenos Aires que emergia



com a queda do regime – caídos os véus modernizadores da administração militar – não parecia exigir comparações desagradáveis; naqueles anos, além disso, pela primeira vez no século, a tendência demográfica começava a se inverter, e Buenos Aires deixava de crescer à custa do resto do país, sendo as cidades médias do interior as que registraram as maiores entradas da população migrante. Finalmente, a chegada da democracia restaurou o clima de celebração da cidade como artefato modernista, especialmente de seu espaço público como lugar de encontro e construção política. E isso coincidiu com o auge internacional dos debates sobre a modernidade, que colocaram a cultura urbana em primeiro plano para sua interpretação; penso especialmente na enorme difusão dos temas benjaminianos que, pelo menos no campo acadêmico e cultural, favoreceu uma mudança de atitude face aos problemas metropolitanos a tal ponto que nos trabalhos de análise cultural foi possível buscar *flanêurs* em Ascochinga.

Talvez portanto isso, entre outras coisas, a transferência da Capital para Viedma que o presidente Alfonsín propôs em 1986 só tenha encontrado indiferença. Se tratava de uma proposta que afetava o coração da antiga contraposição entre Buenos Aires e o país, buscando uma espécie de saída totalmente de acordo com a ideologia do planejamento, com sua obsessão pela redistribuição homogênea da estrutura espacial da Argentina¹⁴. Por isso, a mudança da capital já não dizia nada a quase ninguém, porque dava uma solução velha para um problema que já não existia. Por isso, também, o pouco eco das denúncias do governador da província de Buenos Aires contra o “centralismo portenho” quando se discutia a autonomia da cidade de Buenos Aires durante a Convenção Constitucional de 1994; e deve-se notar como um acréscimo curioso – que talvez ratifique essa hipótese de esquecimento dos termos tradicionais em que se colocava a fratura – que o governador Duhalde listou entre os “argumentos históricos” para validar sua denúncia contra as aspirações da cidade, as acusações que no século XIX haviam levantado as províncias do interior contra a sua própria província, que agora ele preferia ver no lugar da vítima.

Contudo, se a oposição entre Buenos Aires e o país parece ter desaparecido não é porque os problemas que geravam a fratura foram resolvidos, mas porque seu próprio caráter mudou. Na realidade, o processo de modernização da década de 1990 inverteu o paradigma desenvolvimentista, no sentido de que não se propõe “saltar a fratura”, mas sim multiplicá-la, colocando as já múltiplas fraturas como base do novo modelo de país; e deve-se reconhecer que essa modernização recente provou ser mais eficaz na obtenção de seus propósitos do que a própria modernização desenvolvimentista.



Nesse sentido, quero terminar mencionando um filme, *Mala época*, que acredito ter vindo apresentar o novo lugar do contraste entre Buenos Aires e o interior. É um filme realizado em 1998 por quatro jovens diretores, Nicolás Saad, Mariano de Rosa, Salvador Roselli e Rodrigo Moreno, que, especialmente no primeiro episódio, ironicamente intitulado “La querencia”, trabalha com todos os motivos da relação campo-cidade: a fuga para a metrópole em busca de fortuna; a rejeição da metrópole indiferente; o fracasso; o retorno à “querência”. Mas no filme, tanto o interior rural quanto a metrópole se tornaram máquinas de expulsar, lugares sórdidos e sem esperanças. Portanto, nem a ida nem o regresso podem ter um caráter libertador, mas apenas condenatório. Se o filme nos mostra que – após o entusiasmo modernista e metropolitano dos anos oitenta – a cidade voltou a ser considerada um lugar duro, de discriminação e rejeição, de naturalização de sua paisagem de fragmentação urbana e social, o seu aspecto fundamental é que esta cidade já não tem contrafiguras: nem o campo, nem o interior, nem os seus habitantes, oferecem refúgio algum. Diante de uma visão como a de *Mala época*, nos damos conta de que, como tantos aspectos do país anterior, a figura das “duas argentinas” poderia ser vista hoje como uma figura de algum modo consolatória: seja porque se supôs que o interior possuía valores ou porque (como assinala Martínez Estrada na epígrafe deste texto) nos permitia crer que, como não havíamos podido fazer uma grande nação, pelo menos Buenos Aires era uma grande cidade.

Referências

ÁLVAREZ, Juan. *Buenos Aires*. Buenos Aires: Cooperativa Editorial Buenos Aires, 1918.

BALLENT, Anahi. *Las huellas de la política. Vivienda, ciudad y peronismo en Buenos Aires, 1943-1955*. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo 3010, 2005.

BALLENT, Anahí; GORELIK, Adrián. “País urbano o país rural: la modernización territorial y su crisis”. In: CATTARUZZA, A. (dir.). *Crisis económica, avance del Estado e incertidumbre política (1930-1943)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001. p. 143-200.

CANAL FEIJÓO, Bernardo. *Proposiciones en torno al problema de una cultura nacional argentina*. Buenos Aires, 1944.



CANAL FEIJÓO, Bernardo. *Teoría de la ciudad argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1951.

CANAL FEIJÓO, Bernardo. “O cefalópodo nacional”. In: AAVV *Claves de historia argentina*. Buenos Aires: Editorial Merlin, 1968, pp. 29-45.

DEL CARRIL, Bonifacio. *Buenos Aires frente al país*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1946.

ETCHECOPAR, Máximo. *Esquema de la Argentina*. Buenos Aires: Ene, 1956.

GÁLVEZ, Manuel. *El diario de Gabriel Quiroga*. Buenos Aires: Arnoldo y Moen, 1910.

IRAZUSTA, Rodolfo. *El pensamiento político nacionalista 1: de Alvear a Yrygoyen*. Buenos Aires: Obligado Editora, 1975.

IRAZUSTA, Rodolfo; IRAZUSTA, Julio. *La Argentina y el imperialismo británico*. Buenos Aires: Editorial Independencia, 1982.

KOHON, David José. *Buenos Aires*. Buenos Aires: Enero Film, 1958 – curta-metragem.

MAC LEISH, Archibald. “La Argentina del Río de la Plata, la Argentina de la Pampa”. In: MAC LEISH, Archibald. *Los irresponsables*. Buenos Aires: Losada, 1942, pp. 215-220.

MALLEA, Eduardo. *Historia de una pasión argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

MARTÍNEZ ESTRADA, Ezequiel. *Radiografía de la pampa*. México: Colección Archivos, 1993.

MORSE, Richard. “Las ciudades como personas”. In: HARDOY, Jorge Enrique; MORSE, Richard (org.). *Nuevas perspectivas en los estudios sobre historia urbana latinoamericana*. Buenos Aires: IIED-GEL, 1989, pp. 59-76.

OCAMPO, Victoria. “Quiromancias de la pampa”. In: OCAMPO, Victoria. *Testimonios, primera serie / 1920-1934*. Buenos Aires: Ediciones Fundación Sur, 1981, pp. 116-122.

ORTEGA Y GASSET, José. “Por qué he escrito ‘El hombre a la defensiva’”. In: ORTEGA Y GASSET, José. *Obras completas*, tomo IV (1929-1933). Madrid: Revista



de Occidente, 1966 (sexta edición), pp. 69-74.

REBORATTI, Carlos. *Nueva capital, viejos mitos: la geopolítica criolla o la razón extraviada*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

ROJAS, Ricardo. *Eurindia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1980.

ROMERO, José Luis. *Latinoamérica, las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

ROMERO, José Luis. “Campo y ciudad: las tensiones entre dos ideologías”. In: ROMERO, José Luis. *Las ideologías de la cultura nacional y otros ensayos*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982, pp.86-114.

SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica. Buenos Aires 1920-1930*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Campaña en el Ejército Grande*. Buenos Aires: Univ. Quilmes, 1997.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. *Política británica en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1981.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. *El hombre que está solo y espera*. Buenos Aires: Sociedad Editorial Tráfico, 1931.

Notas

¹Nota do autor: Escrevi este trabalho em 1999, para um encontro organizado pelo Centro de História Intelectual, da Universidade Nacional de Quilmes, que propunha realizar um balanço sobre o século XX argentino através de diferentes temáticas; foi publicado, com todos os outros trabalhos apresentados no encontro, em Carlos Altamirano (ed.), *La Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Ariel, 1999. Transcorridos já vinte anos do século XXI, é possível confirmar com maior perspectiva que a série de transformações que as décadas de 1980 e 1990 introduziram, tratadas ao final do texto, encerraram um conjunto de representações sobre as relações entre Buenos Aires e o interior. Desde então, um novo capítulo se iniciou, que mereceria sem dúvida uma análise específica, por não mencionar o modo em que a pandemia está alterando as visões sobre as grandes cidades; mas tudo isso não parece modificar retrospectivamente a visão do século XX apresentada no texto, que sigo subscrevendo.

²Adrián Gorelik (Mercedes, Buenos Aires, 1957) é arquiteto e doutor em história (ambos os títulos pela Universidade de Buenos Aires). É Investigador independente do CONICET (Conselho Nacional de Pesquisa da Argentina) e professor titular da Universidad Nacional de Quilmes. Suas linhas de trabalho incluem a história cultural urbana e a história intelectual. Entre outros livros, publicou *La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires* (1998) e *Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e*



arquitetura na América Latina (Belo Horizonte, 2005). Editou também, em colaboração com Fernanda Peixoto, *Cidades sul-americanas como arenas culturais* (São Paulo, 2019).

³Cf. Ocampo (1981). Analisei com Anahi Ballent as representações do país durante os anos 1930, para nosso artigo “*País urbano o país rural: la modernización territorial y su crisis*”, em Cattaruzza (BALLENT; GORELIK, 2001). Ali encontram-se desenvolvidas várias das hipóteses que estruturam esta apresentação.

⁴Em relação à análise de sua ligação com Buenos Aires e seu desprezo pelas cidades pequenas, ver Sarlo (1988).

⁵O texto de Mac Leish foi publicado na *Fortune*, em julho de 1938; posteriormente, também foi publicado em espanhol em uma coleção de artigos do autor, *Los irresponsables* (1942), com tradução de Pedro Henríquez Ureña e Pedro Lecuona.

⁶Favela – nota do tradutor.

⁷Sigla para *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, empresa estatal de petróleo como a Petrobrás.

⁸Desenvolvemos a natureza paradoxal dessas transformações com Anahi Ballent (BALLENT; GORELIK, 2001).

⁹Romance de formação – nota do tradutor.

¹⁰Antonio Bonet, Jorge Ferrari Hardoy, Juan Kurchan, Alberto Le Pera, Simón Ungar e Eduardo Sacriste são todos arquitetos argentinos – nota do tradutor.

¹¹Esta linha de análise começa em *Proposiciones en torno al problema de una cultura nacional argentina* (1944) e seguirá até textos tardios, como *El cefalópodo nacional* (1968).

¹²Canal Feijóo se refere às propostas de figuras como Alberdi ou Sarmiento de implantar a modernização mediante a introdução de imigrantes. É uma metáfora botânica que usava o próprio Alberdi para dizer que a Argentina necessitava de um “enxerto de população” para melhorar – nota do autor. Algo não muito distinto do incentivo à imigração europeia no Brasil – nota do tradutor.

¹³Ver discussão no texto de apresentação do dossier publicado neste número – nota do tradutor.

¹⁴Carlos Reboratti (1987) analisou o aspecto militarista do planejamento, com sua ideologia da “geopolítica” (e com o papel estratégico que esta deu à Patagônia), e mostrou como suas chaves principais, tornadas lugares comuns do nacionalismo territorial, estavam presentes na proposta do presidente Alfonsín.